

APRESENTAÇÃO DA SEÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA

A NARRATIVA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NO ENSINO DE HISTÓRIA

CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS*

A vida social em suas múltiplas dimensões vem se reconfigurando com o pragmatismo delineado pelas tecnologias da comunicação e informação e pelo mercado. Tempo e espaço foram revolucionados pelos fluxos e mobilidades: nas redes sociais circulam informações que fazem emergir sociabilidades distendidas; as experiências no tempo são qualificadas pela permanência do transitório, portanto, são vivências compassadas pelo instante (Hartog, 2014).

Nessa nova sociedade os indivíduos devem desenvolver capacidades para articular a multiplicidade de informações que têm acesso e compreender esse presente transitivo. Essa dinâmica dá o tom dos desafios que se impõem ao ensino de História na contemporaneidade. A provocação mais conhecida advinda da imaterialidade de seus objetos, acaba por ser suplantada pela necessidade em fornecer signos de orientação para que os indivíduos possam enfrentar os desencaixes que desestabilizam seu quadro de referências e, por conseguinte, sua reflexão sobre ações passadas e futuras.

Argumenta-se que as representações acionadas em narrativas evocam sentidos existenciais instituídos na relação do indivíduo consigo e com sua realidade. No ensino a narrativa histórica produz nos indivíduos a certeza da continuidade da humanidade e de seu mundo, consolidando memórias e estabilizando processos identitários; com isso possibilita a formação de uma consciência com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo (Rüsen, 2001).

Compreender como se conjugam diferentes narrativas na construção do conhecimento histórico na sala de aula é o objetivo de Patrícia de Sá no texto *Conhecimento histórico escolar e narrativas audiovisuais: ampliação de argumentos nas fronteiras entre “história real” e ficção*. Por meio de audiogravações e transcrições de aulas em três turmas de 9º ano do Ensino Fundamental a autora desvela aspectos que caracterizam uma sequência didática iniciada com a exibição do filme “Guerra de Canudos”.

* Professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Enfatiza que o uso de narrativa fílmica nas aulas de História é um recurso vantajoso para potencializar a ampliação e diversificação de argumentos na construção do conhecimento histórico escolar por parte dos estudantes. A adoção desse delineamento nas aulas é importante para fazer frente à concepção de História escolar como narrativa unidirecional, sem ambiguidades, sem contradições.

O texto de Mauro Coelho e Jefferson Silva “*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia*”? A oposição à ditadura militar em livros didáticos de História oferece uma análise das narrativas didáticas relativas à ditadura militar no Brasil. Após refletir sobre os conteúdos referentes à temática em 16 livros didáticos de 8ª série ou 9º ano do Ensino Fundamental – publicados entre os anos 1993 e 2013 – os autores afirmam que existe uma distância entre a produção historiográfica e as narrativas presentes nos livros didáticos utilizados por professores e professoras nas escolas.

Nessa direção identificaram nos livros didáticos os eventos recorrentes que caracterizam a ditadura militar no Brasil e chegaram a constatação de que a ditadura é representada da perspectiva da repressão dos governos e da resistência da sociedade. Contudo, as representações que aludem à repressão são mais evidenciadas do que aquelas que exprimem a oposição ao regime. Os autores alegam que o redimensionamento da historiografia que trata da ditadura não se articula com as narrativas didáticas; e mesmo que a participação de setores da sociedade na oposição ao regime tenha se tornado relevante, isso não contribui para constituir seu protagonismo.

O cotejamento de diferentes narrativas no contexto de consolidação do pensamento histórico nacional é o interesse de Júlia Barbosa, Everton Sousa, Ricardo Rodrigues e Sabrynne Colares no artigo *O ENEM e a subsunção do ensino de História do Amapá, entre 1998 e 2015*. A argumentação tem como ponto de partida o processo de constituição da nação no Brasil, o qual exigiu a formação de um passado comum e de uma cultura nacional capazes de subordinar e erradicar particularismos e diferenças.

O trabalho examina como se desdobrou no ensino de História do Amapá a unificação do ingresso na educação superior por meio de nota obtida pelos alunos concluintes do ensino médio no ENEM. Antes quando o acesso a vagas nas instituições de ensino superior se fazia pelos exames vestibulares, os conteúdos de História do Amapá eram requeridos aos candidatos e, por conta disso, as escolas ofertavam esses componentes curriculares nas aulas de História do Brasil ou mesmo como uma disciplina com

carga horária autônoma. O estudo conclui que as assertivas do ENEM, gradativamente, ano após ano, são estruturadas a partir do currículo de História do Brasil e isso se faz com a subsunção dos conteúdos de História do Amapá.

Os textos discriminados em seus aspectos estruturantes nesta breve apresentação denotam a centralidade da narrativa como categoria de análise. Entende-se que o tempo se humaniza quando passado, presente e futuro são harmonizados na forma narrativa; por outro lado a significância da narrativa – indispensável ao ensino de História – repousa na configuração que a ela desenha nas experiências de homens e mulheres no tempo (ANHORN, 2012).

REFERÊNCIAS

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. Teoria da história, didática da história e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, São Paulo, 2012.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo*. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção História e Historiografia).

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.